

A Construção de uma Paisagem Resiliente

Propostas para os Espaços Públicos Periféricos em Alcântara–RJ

ET3: Dimensão biofísica do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

RESUMO

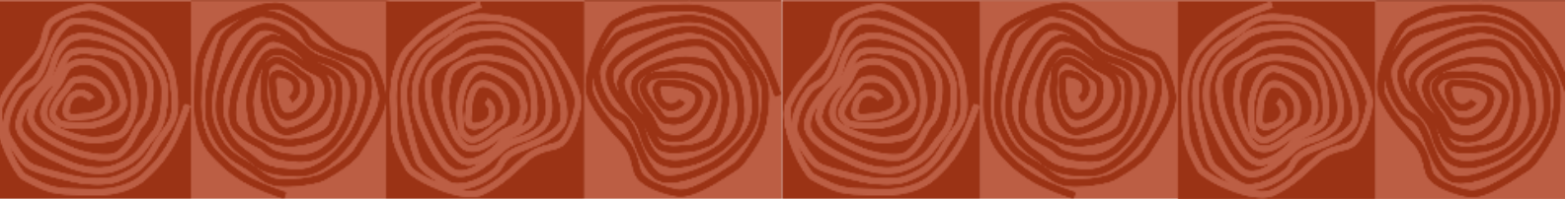
O artigo examina a degradação socioambiental dos espaços livres públicos periféricos no bairro de Alcântara, em São Gonçalo–RJ, evidenciando as relações entre a paisagem urbana, as desigualdades socioespaciais e a vulnerabilidade ambiental. A partir de uma abordagem quali-quantitativa, identifica-se a precarização e/ou a supressão das praças, a insuficiência de arborização e a gestão inadequada das águas pluviais como fatores centrais que para a intensificação de enchentes recorrentes, a ampliação de situações de risco e o declínio da função social do espaço público. O estudo apoia-se em referenciais teóricos e projetuais sobre periferia, paisagem urbana, resiliência, infraestrutura verde e paisagismo sensível à água, o que permite apreender a complexidade das dinâmicas socioambientais presentes no território. Diante desse cenário, o artigo propõe a reestruturação da paisagem urbana por meio do exercício paisagístico de criação de um parque urbano articulado a uma rede de infraestrutura verde. A proposta integra soluções baseadas na natureza, mobilidade ativa e a requalificação dos espaços livres, buscando fortalecer funções sociais, recreativas e ecológicas. Tal abordagem visa promover maior resiliência hídrica, recuperar a qualidade ambiental e reduzir desigualdades territoriais, oferecendo uma alternativa sustentável para o planejamento urbano local.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público periférico; resiliência hídrica; Alcântara.

ABSTRACT

This article examines the socio-environmental degradation of peripheral public open spaces in the Alcântara neighborhood of São Gonçalo, Rio de Janeiro, highlighting the relationships between the urban landscape, socio-spatial inequalities, and environmental vulnerability. Using a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), it identifies the precariousness and/or suppression of public squares, insufficient tree cover, and inadequate stormwater management as central factors contributing to the intensification of recurring floods, the expansion of risk situations, and the decline of the social function of public space. The study draws on theoretical and design frameworks on periphery, urban landscape, resilience, green infrastructure, and water-sensitive landscaping, allowing for an understanding of the complexity of the socio-environmental dynamics present in the territory. Given this scenario, the article proposes the restructuring of the urban landscape through the creation of an urban park articulated with a network of green infrastructure. The proposal integrates nature-based solutions, active mobility, and the requalification of open spaces, seeking to strengthen social, recreational, and ecological functions. This approach aims to promote greater water resilience, restore environmental quality, and reduce territorial inequalities, offering a sustainable alternative for local urban planning.

KEYWORDS: peripheral public space, water resilience, Alcântara.



1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O bairro de Alcântara, em São Gonçalo, integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constitui um caso emblemático dos desafios urbanos característicos das periferias metropolitanas brasileiras. Embora seja um dos principais polos comerciais do município e da região Leste Metropolitana, apresenta expressivas fragilidades estruturais, sociais e ambientais, evidenciadas pelo crescimento urbano desordenado, pela insuficiência dos serviços de saneamento, pela precariedade do transporte público, pela violência, pela poluição sonora e visual, pelas recorrentes inundações e pela escassez de espaços públicos qualificados.

Nesse contexto, a degradação socioambiental dos espaços livres públicos emerge como questão central. A supressão histórica de praças, a precarização das ruas enquanto únicos espaços de convivência e a ausência de parques urbanos no município revelam um padrão de negligência que aprofunda processos de periferização, reduz as possibilidades de sociabilidade e materializa a negação do direito à cidade. Essas condições refletem desigualdades socioespaciais estruturais, típicas das metrópoles brasileiras. Conforme Soto (2008) e Domingues (1994), a periferia se caracteriza tanto por sua posição geográfica quanto por sua dimensão sociológica, marcada por infraestrutura insuficiente, precariedade de serviços e dependência funcional da metrópole.

A região é ainda marcada por recorrentes enchentes associadas à má gestão dos cursos d'água como o Rio Alcântara, o córrego do Coelho, os canais Vila Três e Raul Veiga agravadas pela impermeabilização crescente do solo e pela especulação imobiliária. Tais fatores comprometem a resiliência urbana, ampliam riscos socioambientais e reduzem a capacidade de infiltração natural.

Nesse cenário, a presente investigação tem como objetivo formular diretrizes projetuais para a reestruturação do sistema de espaços livres de Alcântara, fundamentadas nos princípios do paisagismo sensível à água. Parte-se do pressuposto de que o desenho da paisagem desempenha papel estratégico para fortalecer a sociabilidade urbana, promover a sustentabilidade ambiental e mitigar os impactos das mudanças climáticas, especialmente em contextos socioespacialmente vulneráveis.

A ausência de parques urbanos consolidados em São Gonçalo reforça a relevância deste estudo, que se propõe a contribuir para políticas urbanas mais justas, resilientes e sustentáveis, integrando gestão hídrica, qualificação paisagística e valorização dos espaços públicos.

1.2 Área de estudo

A área de estudo localiza-se no bairro de Alcântara e em sua circunvizinhança, abrangendo fragmentos dos bairros Colubandê, Jardim Alcântara, Laranjal, Vila Três e Raul Veiga. O recorte territorial inclui as praças situadas nesses bairros, bem como outros espaços livres públicos identificados na região. A delimitação considerou ainda elementos estruturadores e delimitadores como os cursos d'água, o viaduto de Alcântara e a implantação do corredor de Mobilidade Urbana Verde Integrada (MUVI) que desempenham papel fundamental na compreensão das dinâmicas de mobilidade, conectividade e circulação.

Assim o recorte espacial foi definido a partir dos seguintes critérios:

- existência de vazios urbanos relevantes;
- disponibilidade de áreas verdes ociosas sujeitas à especulação imobiliária;
- presença de corpos hídricos estruturadores;
- influência da implantação do corredor de Mobilidade Urbana Verde Integrada (MUVI).

Figura 1: Área de Estudo.



Fonte: Autora, 2025.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da produção das metrópoles contemporâneas exige uma leitura crítica das desigualdades territoriais que caracterizam os espaços periféricos. Segundo Domingues (1994) e Soto (2008), a periferia constitui um território marcado pela precariedade urbana, pela informalidade e pela subalternidade estrutural em relação aos centros consolidados. A formação da metrópole está associada à intensificação dos fluxos pendulares, à segregação socioespacial e à distribuição desigual de infraestruturas, fatores que reforçam assimetrias históricas e ampliam o déficit de direitos urbanos e ambientais. A carência de espaços públicos qualificados nesses territórios aprofunda desigualdades e limita o acesso pleno à vida urbana.

Nesse contexto, a paisagem urbana deve ser entendida como um sistema dinâmico que articula dimensões físicas, sociais e simbólicas, refletindo a percepção, o uso e a produção do espaço (CULLEN, 1983; BESSE, 2009; LYNCH, 1960). Nos territórios periféricos, a insuficiência de investimentos na qualificação do espaço público compromete as práticas de sociabilidade, fragiliza identidades locais e intensifica processos de marginalização. Assim, a análise da paisagem torna-se fundamental para compreender tanto os mecanismos de exclusão quanto às possibilidades de regeneração urbana.

De acordo com Wall (1999), a literatura contemporânea sobre desenho urbano reforça essa discussão ao evidenciar que a evolução das infraestruturas e da mobilidade molda profundamente o espaço urbano contemporâneo. O autor demonstra que projetos flexíveis e adaptáveis são essenciais para responder às transformações sociais, tecnológicas e ambientais, promovendo maior interação social e diversidade de usos. A partir dessa perspectiva, apresenta estratégias de revitalização urbana por meio da integração entre infraestruturas, espaços



públicos e programas multifuncionais, propondo técnicas aplicáveis às problemáticas urbanas atuais. Assim, os projetos urbanos contemporâneos têm buscado criar estruturas capazes de suportar uma variedade de usos ao longo do tempo, estimulando a apropriação e a modificação do espaço público pelos utilizadores, tornando-o mais dinâmico e inclusivo.

As alterações climáticas e os seus impactos tais como inundações, ondas de calor, instabilidade dos solos e insegurança hídrica exigem abordagens integradas de planeamento urbano. McHarg (1965) propõe o planeamento ecológico como alternativa aos modelos fragmentados de gestão, defendendo uma visão sistémica que articule processos naturais e organização territorial. Nessa direção, Benedict e McMahon (2006) conceptualizam a infraestrutura verde como uma rede integrada composta por corredores ecológicos, parques urbanos e sistemas de drenagem naturalizada. Essa abordagem contribui para a mitigação de cheias, a filtragem e armazenamento natural da água, a regulação microclimática e o aumento da biodiversidade, fortalecendo a resiliência socioambiental das cidades.

Nesse contexto, os parques urbanos constituem infra estruturas fundamentais para a qualidade ambiental e o bem-estar da população. Além das funções de lazer, saúde pública e convivência social, desempenham um papel crucial na proteção e conservação de ecossistemas naturais inseridos na malha urbana. Entre as suas contribuições destacam-se: preservação de nascentes e mananciais, abrigo da fauna, proteção da flora, moderação da temperatura e da umidade, promoção do turismo local e gestão sustentável das águas pluviais e fluviais. Assim, configuram-se como elementos essenciais para o planeamento urbano, promovendo integração entre sociedade e ambiente e contribuindo para melhores condições de vida, sobretudo em áreas densamente urbanizadas.

A forma contemporânea dos parques urbanos caracterizados por áreas verdes, bosques, relvados, percursos pedonais e equipamentos de recreação — tem origem na Europa da Revolução Industrial. Conforme afirma Sakata (2018), esses espaços surgiram como resposta à necessidade de oferecer áreas de recreação às populações submetidas às condições insalubres das cidades industrializadas. A evolução histórica dos parques demonstra a centralidade desses espaços na promoção da justiça socioambiental, da vitalidade urbana e do equilíbrio ecológico. De acordo com Gehl (2013), cidades orientadas para as pessoas, e não para veículos motorizados, tendem a produzir ambientes mais seguros, ativos e saudáveis, reforçando a importância dos espaços públicos de qualidade para a construção de centros urbanos inclusivos.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, adotando uma abordagem quali-quantitativa e estruturando-se em diferentes etapas metodológicas complementares. Inicialmente, realizou-se a seleção de referenciais teóricos relacionados aos temas centrais do estudo — periferia urbana, paisagem, resiliência, infraestrutura verde, enchentes e parques urbanos — visando fundamentar conceptualmente a análise proposta.

Em seguida, foram conduzidos levantamentos iconográficos e fotográficos, que permitiram a documentação visual das dinâmicas territoriais e dos elementos constitutivos da paisagem estudada. Paralelamente, procedeu-se à análise cartográfica, com o objetivo de interpretar padrões espaciais, evoluções morfológicas e condicionantes ambientais do território.

A metodologia incluiu ainda a realização de pesquisa de campo, necessária para a observação direta das condições socioespaciais e ambientais, bem como para a verificação empírica dos



dados previamente coletados. Complementarmente, desenvolveu-se um estudo de caso, permitindo aprofundar a compreensão de dinâmicas específicas do recorte territorial.

Também foi realizada uma análise histórica e estatística, de modo a identificar transformações estruturais, tendências socioambientais e processos de longa duração que influenciam a configuração urbana contemporânea.

Por fim, a investigação incorpora um exercício projetual, que visa articular os resultados analíticos às proposições de intervenção, estabelecendo diretrizes capazes de orientar soluções espacialmente contextualizadas e ambientalmente sustentáveis.

4 RESULTADOS

Os resultados da investigação revelam que a paisagem periférica do bairro de Alcântara apresenta um conjunto de fragilidades estruturais que evidenciam um quadro persistente de vulnerabilidade socioambiental. A insuficiência de espaços públicos qualificados, somada às condições precárias de drenagem e ao histórico de ocupação irregular, contribui para a intensificação dos riscos associados às enchentes, que se manifestam de forma recorrente no território.

Observa-se ainda a predominância de áreas verdes ociosas, muitas delas desprovidas de função social, ecológica ou paisagística definida. Esses espaços, frequentemente submetidos à pressão da especulação imobiliária, tendem a permanecer subutilizados, apesar de seu potencial para desempenhar papel relevante na regulação hídrica, na conectividade ambiental e na oferta de espaços de convivência.

A aplicação dos princípios da infraestrutura verde ao contexto analisado evidencia que o território dispõe de condições favoráveis para a implementação de estratégias integradas capazes de:

- Mitigar os impactos das enchentes, por meio de sistemas de infiltração, bacias de retenção e dispositivos de drenagem sustentável;
- Ampliar a conectividade ecológica, fortalecendo fluxos ambientais e recompondo fragmentos naturais;
- Qualificar a paisagem urbana, tornando-a mais coerente, acessível e ambientalmente equilibrada;
- Promover atividades culturais, esportivas e recreativas, ampliando as possibilidades de uso social dos espaços livres.

Assim, embora o bairro apresente fragilidades significativas, a análise demonstra a existência de um potencial expressivo para o desenvolvimento de projetos integrados de infraestrutura verde capazes de articular mitigação de riscos, valorização da paisagem e promoção da vida urbana.

5 DISCUSSÃO

5.1 Bacia do Rio Alcântara

A Bacia do Rio Alcântara integra a Região Hidrográfica V (RH-V), formada por sistemas drenantes para a Baía de Guanabara e lagunas adjacentes, abrangendo municípios de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé e parte de outros nove municípios. Dentro dessa região, a gestão hídrica é coordenada pelo Comitê da Baía de Guanabara (CBH-BG), composto por seis subcomitês, sendo o Subcomitê Leste o responsável pelas bacias de Guaxindiba/Alcântara e demais cursos drenantes da vertente leste. Essa porção territorial concentra a maior incidência de desastres naturais entre 2000 e 2020, com destaque para inundações, deslizamentos, enxurradas e episódios de chuvas intensas. São Gonçalo é o município mais afetado, com maior número de pessoas desalojadas, especialmente no evento extremo de abril de 2010.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI-RJ) subdivide a RH-V em Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHP), classificando o Rio Alcântara como curso d'água de classe 4, característico de áreas urbanas densamente ocupadas e com significativa degradação ambiental. Os pontos de monitoramento associados à UHP V-D2 apresentam predominância de qualidade hídrica “muito ruim”, incluindo os rios Alcântara, Guaxindiba, Imboassú e Mutondo.

5.2 Impactos Socioambientais

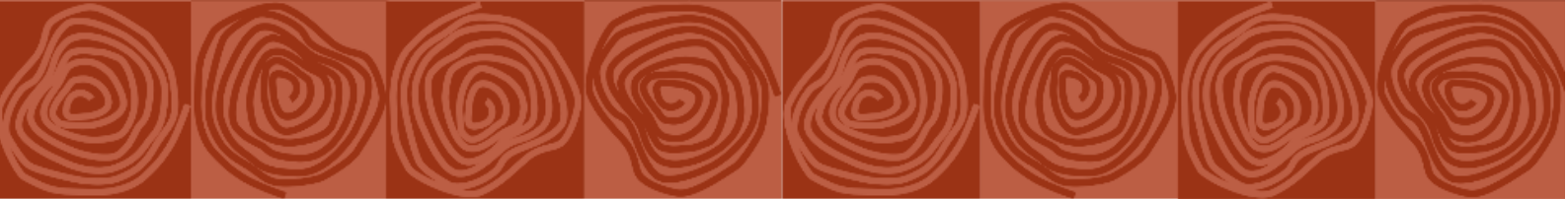
No município de São Gonçalo, a produção dos espaços livres públicos ocorreu de forma pontual e pouco estruturada, resultando em áreas urbanas que carecem de praças, parques e ambientes qualificados para lazer. Historicamente, tais espaços emergiram mais como sobras do processo de loteamento do que como resultados de um projeto urbano. No bairro de Alcântara essa lógica torna-se particularmente evidente.

Três praças originalmente existentes foram parcial ou totalmente eliminadas:

- A Praça Carlos Gianelli foi demolida para a construção do Shopping Pátio Alcântara, perdendo por completo suas funções recreativas e convertendo-se num espaço pautado pelo comércio e pela mobilidade. A intervenção também ocultou visualmente a Igreja de São Pedro de Alcântara, marco histórico do bairro, enfraquecendo referências simbólicas do lugar.
- Na Vila Três, a praça foi quase integralmente suprimida para a implantação de um equipamento de saúde, e posteriormente transformada em estacionamento.
- No Jardim Alcântara, parte da praça deu lugar a um equipamento educacional, reduzindo significativamente o espaço livre disponível.

A perda e descaracterização dessas áreas resultou na diminuição dos espaços públicos de convivência, lazer e integração comunitária, afetando diretamente a qualidade socioambiental local. A eliminação de praças também compromete funções ecológicas importantes — como sombreamento, melhoria microclimática, permeabilidade do solo e redução do escoamento superficial — reforçando problemas ambientais já existentes.

Os episódios recorrentes de enchentes e alagamentos em Alcântara constituem outro elemento essencial na caracterização dos seus aspectos socioambientais. A intensificação de chuvas extremas, associada às alterações climáticas, agrava um cenário já marcado por infraestrutura de drenagem deficiente, inexistência de áreas permeáveis e elevada impermeabilização do solo.



As inundações que atingiram o bairro em 2010 e 2016 evidenciam a magnitude do problema e os impactos sociais e económicos decorrentes. O acúmulo de resíduos sólidos em valões e canais, resultante da insuficiente educação ambiental e de sistemas precários de recolha e gestão de resíduos, contribui para o entupimento das estruturas de drenagem, ampliando os riscos para a população.

Como medida paliativa, o município firmou parceria com o INEA para limpeza e desassoreamento dos corpos hídricos (programa Limpa Rio) e implementou campanhas de sensibilização (“Limpa São Gonçalo”), bem como a instalação de ecopontos para coleta seletiva. Contudo, tais ações, ainda que importantes, não alteram estruturalmente o modelo urbano instalado — que privilegia a impermeabilização, a construção extensiva e a ocupação de margens fluviais, reduzindo a capacidade de resposta natural da bacia hidrográfica.

Os dois processos — a supressão dos espaços livres públicos e a intensificação das inundações — são profundamente interligados. A eliminação de praças, que poderiam funcionar como áreas de infiltração, amortecimento de cheias ou mesmo espaços de vegetação com função ecológica, contribui para o agravamento dos problemas hidrológicos. Simultaneamente, a ocupação desordenada das margens do rio Alcântara e a canalização rígida de trechos fluviais reduzem a capacidade de retenção e infiltração da água da chuva.

A ausência de uma política urbana orientada pela infraestrutura verde reforça um ciclo de degradação socioambiental: quanto menos espaços livres qualificados o bairro possui, maior a vulnerabilidade da população a eventos extremos; quanto mais se intensificam os impactos hídricos, mais o território perde áreas públicas que poderiam auxiliar na mitigação dos problemas existentes.

Assim, os aspetos socioambientais do bairro de Alcântara evidenciam a urgência de estratégias integradas de planeamento, que articulem políticas de resiliência, recuperação de espaços públicos, reabilitação ecológica e gestão sustentável das águas urbanas. Tais estratégias são fundamentais para reconstruir a relação entre sociedade e ambiente, reduzir desigualdades e promover um modelo urbano mais seguro, inclusivo e ambientalmente equilibrado.

5.3 Intervenção

O plano de intervenção paisagística propõe a reestruturação ambiental, social e urbana de Alcântara por meio da implementação de uma rede de infraestrutura verde. A drenagem é tratada como eixo estruturador capaz de reduzir enchentes e recuperar funções ecossistêmicas. A proposta prioriza o transporte ativo, a conectividade ecológica, a valorização dos rios urbanos e a criação de espaços públicos acessíveis e multifuncionais. O projeto integra parques, praças, corredores ecológicos e soluções baseadas na natureza, promovendo resiliência climática e qualidade de vida.

O masterplan organiza a área em nós, corredores e lugares, articulando o parque urbano a partir dos princípios da infraestrutura verde. São previstos quatro setores programáticos — Praça, Esportivo, Eventos e Ecológico — conectados por eixos verdes e linhas de mobilidade ativa. O sistema hídrico é valorizado por meio de wetlands, bacias de detenção/infiltração/ retenção e revitalização fluvial. A intervenção articula drenagem sustentável, inclusão social e regeneração paisagística.

Figura 2: Rede de infraestrutura.



Fonte: Autora, 2025.

Tabela 1 – Classificação dos Elementos da Rede de Infraestrutura Verde

Categoria	Descrição	Exemplos
Nós	Grandes áreas estruturadoras	Parque, bacias de macrodrenagem
Lugares	Espaços de menor escala	Praças, áreas livres
Corredores	Eixos de conexão ecológica e viária	Rios, ciclovias, ruas verdes

Fonte: Autora, 2025.

Figura 3: Área de intervenção.



Fonte: Autora, 2025.

Os corredores verdes são áreas prioritárias para a expansão da infraestrutura verde por meio da arborização urbana, estabelecendo ligações entre os fragmentos vegetados e as praças da região. Já os corredores azuis concentram-se na melhoria da gestão dos corpos hídricos, com o objetivo de reduzir enchentes e otimizar o funcionamento do Rio Alcântara. Os corredores laranja apoiam a economia informal e organizam o fluxo de pedestres em direção ao parque. Por sua vez, os corredores vermelhos são dedicados à ciclomobilidade, promovendo deslocamentos sustentáveis e integrando a rede de mobilidade ativa.

Tabela 2 – Programa de Necessidades do Parque

Setor	Área (m²)	Equipamentos Principais	Soluções Baseadas na Natureza
Praça	22.999,25	Parquinho, parcão, piquenique, churrasqueira, sanitários	Canteiro pluvial, bacia de infiltração
Esportivo	34.547,80	Quadras, skatepark, society, vestiários	Bacia de retenção
Eventos	38.009,89	Anfiteatro, eventos, quiosques	Jardim de chuva, wetland
Ecológico	56.575,77	Horto, área agroecológica, mirante, ecoponto	Bacia de retenção

Fonte: Autora, 2025.

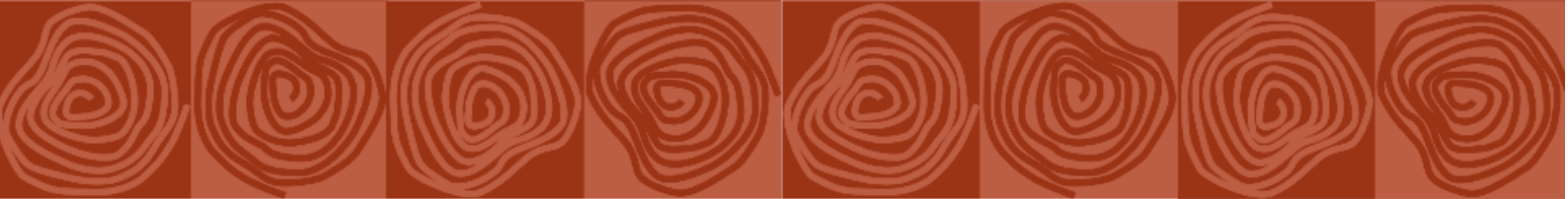
As soluções baseadas na natureza compreendem dispositivos de macrodrenagem e microdrenagem que reduzem alagamentos, restauram a paisagem hídrica e promovem usos recreativos. Destacam-se bacias de retenção, infiltração e retenção, jardins de chuva, canteiros pluviais, poços de infiltração e wetlands construídos. Esses elementos compõem um sistema integrado que melhora a qualidade da água, reduz impactos climáticos e fortalece a biodiversidade urbana.

Tabela 3 – Soluções Baseadas na Natureza (SbN) implementadas no projeto

Solução	Função Principal	Escala
Bacia de retenção, Bacia de infiltração, Bacia de retenção, Wetland construído	Lâmina d'água permanente, lazer e decantação, Recarregar o lençol freático, Tratamento natural da água	Macrodrenagem
Jardim de chuva, Canteiro pluvial, Poço de infiltração	Captar, filtrar e infiltrar escoamento superficial, Retenção localizada e filtragem, Mitigação pontual de chuva intensa	Microdrenagem

Fonte: Autora, 2025.

O plano de intervenção paisagística para Alcântara evidencia uma abordagem integrada que combina regeneração ecológica, reestruturação urbana e valorização social. A implementação



de uma rede de infraestrutura verde surge como elemento central, articulando drenagem sustentável, mobilidade ativa e qualificação dos espaços públicos. A organização do masterplan em nós, lugares e corredores reforça a conectividade ecológica e funcional, enquanto os quatro setores programáticos estruturam um parque inclusivo e multifuncional. As soluções baseadas na natureza — desde dispositivos de micro e macrodrenagem até wetlands e jardins de chuva — demonstram o compromisso com a resiliência climática, a melhoria da qualidade da água e o aumento da biodiversidade urbana. Assim, a proposta estabelece um modelo de urbanismo sustentável que transforma o território, promove bem-estar e prepara Alcântara para os desafios ambientais e sociais contemporâneos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constituiu uma oportunidade de reflexão aprofundada sobre as relações entre cidade, espaço público e drenagem urbana no contexto periférico de Alcântara, em São Gonçalo – RJ. A pesquisa evidenciou que grande parte dos desafios enfrentados pelo bairro decorre da ausência de políticas públicas voltadas à gestão das paisagens fluviais e da recorrente desconsideração dos processos ecológicos e sociais no ordenamento territorial. Soma-se a isso o agravamento provocado pelas mudanças climáticas, que intensificam eventos extremos, ampliam a vulnerabilidade socioambiental e reforçam a urgência de soluções integradas para o território.

O objetivo central da investigação foi alcançado ao propor alternativas projetuais e diretrizes para políticas públicas que valorizem o sistema de espaços livres, conciliando convívio social, mitigação hídrica e requalificação urbana. A proposição de uma rede de infraestrutura verde — articulando soluções de macro e microdrenagem, técnicas de drenagem naturalizada e ações de recuperação ambiental — revela o potencial de transformar o território em um ambiente mais resiliente, inclusivo e sustentável. Além disso, as intervenções sugeridas buscam fortalecer a sociabilidade urbana, incorporando equipamentos multifuncionais capazes de atender diferentes faixas etárias e promover vitalidade urbana.

Como contribuição, este trabalho reforça a importância dos espaços públicos como elementos estruturadores do planejamento ambiental e do direito à cidade. Demonstra-se que a integração entre natureza e urbanização não é apenas desejável, mas essencial para a construção de cidades equilibradas, ecológicas e socialmente justas. Os resultados apresentados evidenciam a necessidade de repensar a urbanização sob uma perspectiva sistêmica, participativa e ambientalmente responsável, reconhecendo a paisagem como infraestrutura fundamental para a resiliência urbana.

Por fim, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, mas oferecer um olhar crítico e propositivo sobre as relações entre paisagem, cidade e drenagem urbana. Espera-se que seus resultados possam subsidiar futuras políticas públicas, projetos urbanos e estudos acadêmicos, contribuindo para um planejamento mais sensível, integrado e comprometido com o equilíbrio entre o ambiente construído e os sistemas naturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. Q. de; CARVALHO, P. F. **A negação dos rios urbanos numa metrópole brasileira.** In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. Anais [...]. Montevideu: Imprenta Gega, 2009. v. 1.
- ARAÚJO, Jefferson Tomaz de. **Espaços livres públicos no espaço urbano periférico: práticas políticas, apropriação social e subjetividades em São Gonçalo (RJ).** 2020. 256 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BENEDICT, A. Mark; McMAHON, T. Edward. **Green Infrastructure: Linking Landscapes and Communities.** Washington: Island Press, 2006.
- BERQUE, A. **A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 85-91.
- BONAMETTI, João Henrique. **Paisagem urbana: bases conceituais e históricas.** Terra e Cultura, Ano XX, n. 38, s.p., 2000?.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, 1983.
- DOMINGUES, Álvaro. **(Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?** Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Porto, v. X–XI, p. 5-18, 1994/1995.
- GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. **Periferias segregadas, segregação nas periferias: por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ.** 2012. 219 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, Leonardo Silva. **Periferia e espaços periféricos: um estudo de caso do loteamento Jardim Catarina.** Revista Pegada, v. 16, n. 2, dez. 2015.
- HOUGH, Michael. **Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos.** Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- JÚNIOR, Ademir Silva Cavalcanti. **Mobilidade urbana no município de São Gonçalo/RJ: políticas públicas de mobilidade urbana, contextos das desigualdades sociais e as condições para o desenvolvimento.** 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção Cidades). Publicado originalmente em 1960.
- MC HARG, Ian. **Design with Nature.** New York: John Wiley & Sons, 1992. Publicado originalmente em 1969.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotrópica, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 1-9, 2001.

QUANTA-LERNER, Consórcio. **Produto 18 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – TOMO I.** Rio de Janeiro: Câmara Metropolitana de Integração Governamental, 2018. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/documentos/>. Acesso em: maio 2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSA, Daniel Pereira. **Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório: São Gonçalo (RJ), permanências e avanços na condição periférica.** Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2017.

SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil – 2000 a 2017.** 2018. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Orientador: Fábio Mariz Gonçalves. Coorientador: Silvio Soares Macedo.

SÃO GONÇALO. **Lei Orgânica do Município de São Gonçalo.** São Gonçalo, 1990. Disponível em: <https://www.cmsg.rj.gov.br/leis/lei-organica-municipal/>. Acesso em: maio 2024.

SÃO GONÇALO. Lei Complementar n.º 01/2009. **Aprova a revisão do Plano Diretor do Município de São Gonçalo e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/lei-complementar-001-2009.pdf>. Acesso em: maio 2024.

SÃO GONÇALO. Lei Complementar n.º 32/2018. **Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de São Gonçalo.** Disponível em: https://www.pmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/pmsg_lc_032_2018.pdf. Acesso em: maio 2024.

SÃO GONÇALO. Lei n.º 1529/2024. **Institui o Plano de Mobilidade Humana Sustentável – PLANMOB.** Acesso em: maio 2025.

SERPA, Angelo. **A paisagem periférica.** In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 161-179.

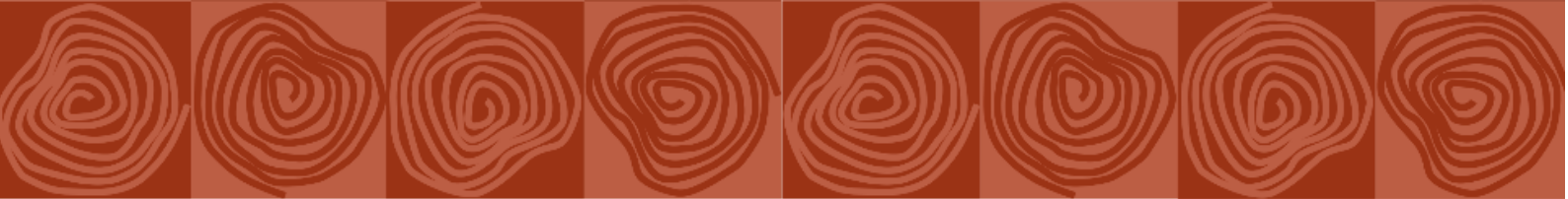
SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOTO, W. H. G. **Cidade, subúrbio e periferia.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 2008, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

SPIRN, Anne Whiston. **Cidade de granito: a natureza do desenho da cidade.** São Paulo: Nobel?, 1995.

TARDIN, Raquel. A arquitetura paisagística no período entre 1996 e 2006. In: _____. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil.** São Paulo: Senac, 2010.



VESCINA, Laura. **Paisagens de água: uma nova agenda para os rios na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.** In: _____. Conectividade e resiliência: estratégias de projeto para a metrópole. Rio de Janeiro: Rio Books; PROURB, 2012.

WALL, Alex. **Programming the urban surface.** In: WALDHEIM, Charles (Org.). Recovering Landscape: Essays in Contemporary Landscape Architecture. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

YU, Kongjian. **Designed Ecologies: The Landscape Architecture of Kongjian Yu.** Basel: Birkhäuser, 2012.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design.** Rev. ed. London: W. W. Norton, 2006.